



Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (RBERU)

Vol. 12, n. 1, pp. 1-16, 2018

<http://www.revistaaber.org.br>

DIFERENCIAÇÃO SALARIAL NO ESTADO DE SERGIPE: UMA ANÁLISE ENTRE A REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU E OS DEMAIS MUNICÍPIOS*¹

Luciano Ricardio Santana Souza

Pesquisador de Pós-doutorado em Economia na Universidade Federal de Sergipe (UFS); Doutor em Geografia pela UFS
E-mail: luciano.phd.npgeo@gmail.com

Luiz Carlos de Santana Ribeiro

Professor do Departamento de Economia da UFS; Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e Coordenador do Laboratório de Economia Aplicada e Desenvolvimento Regional (LEADER); Doutor em Economia pelo CEDEPLAR/UFMG
E-mail: ribeiro.luiz84@gmail.com

Thiago Henrique Carneiro Rios Lopes

Professor da Universidade Salvador (UNIFACS); Doutor em Economia pelo CEDEPLAR/UFMG
E-mail: thiagoenriquerios@gmail.com

RESUMO: O objetivo deste artigo é estudar a diferenciação salarial entre indivíduos residentes na Região Metropolitana de Aracaju (RMA) e indivíduos residentes nos demais municípios sergipanos. Para tanto, utilizam-se microdados do Censo Demográfico de 2010 para estimar regressões *mincerianas* de rendimento e aplica-se a decomposição de Oaxaca-Blinder para analisar os efeitos Dotação e Retorno, com correção do viés de seleção proposto por Heckman. De forma geral, os principais resultados mostram que todas as variáveis são significativas e com os sinais esperados conforme a literatura, ao passo que o maior rendimento é obtido pelo residente na RMA. Ademais, tanto o efeito retorno quanto o efeito dotação, observados por meio da decomposição de Oaxaca-Blinder, são negativos para os que não residem na RMA. Isso significa dizer que, se o efeito decorrente da escolaridade, gênero, idade, raça e experiência daqueles não residentes na região metropolitana fossem os mesmos daqueles residentes na região metropolitana, estes receberiam, em qualquer circunstância, uma renda menor. Além disso, os resultados sugerem que as variáveis de controle utilizadas nas estimativas não favorecem a redução da desigualdade de rendimento entre os municípios sergipanos.

Palavras-Chave: Diferenciação de Salário; Região Metropolitana de Aracaju; Decomposição de Oaxaca-Blinder.

Classificação JEL: C13; J24; J31.

¹Os autores agradecem ao financiamento da FAPITEC/SE e da CAPES (Edital nº 01/2016) para realização desta pesquisa.

WAGE DIFFERENTIATION IN THE STATE OF SERGIPE: AN ANALYSIS BETWEEN ARACAJU METROPOLITAN REGION AND THE OTHER MUNICIPALITIES

ABSTRACT: This paper aims to study the wage differentiation between individuals residing in the Aracaju Metropolitan Region (RMA) and individuals living in other Sergipe municipalities. Therefore, microdata from the Demographic Census of 2010 are used to estimate mincerian regressions and applies the Oaxaca-Blinder decomposition to analyze the Endowment and Return effects, with correction of the selection bias proposed by Heckman. In general, the main results show that all variables are significant and with the expected signs according to the literature, whereas the highest income is obtained by the RMA residents. In addition, both the return effect and the endowment effect, observed through the Oaxaca-Blinder decomposition, are negative for those who do not reside in the RMA. This means that if the schooling, gender, age, race, and experience effects of those not residing in the metropolitan area were the same as those living in the metropolitan area, they would, under any circumstances, receive a lower income. Furthermore, the results suggest that the control variables used in the estimations do not favor the reduction of the income inequality among the municipalities of Sergipe.

Keywords: Wage Differentiation; Aracaju Metropolitan Region; Oaxaca-Blinder Decomposition.

JEL Codes: C13; J24; J31.

1. Introdução

O progresso econômico não ocorre ao mesmo tempo em toda a parte e, quando tal progresso ocorre, forças poderosas provocam uma concentração espacial do crescimento no entorno dos pontos onde o progresso se inicia. As desigualdades inter-regionais e intrarregionais são fenômenos especialmente fortes em nações em desenvolvimento (HIRSCHMAN, 1958).

Os efeitos do progresso econômico em determinadas partes do território podem, segundo Hirschman (1958), ser favoráveis (Efeitos de Fluência) ou desfavoráveis (Efeitos de Polarização). Alguns dos efeitos favoráveis são os aumentos das compras e dos investimentos nas regiões atrasadas quando se estabelece uma relação de complementaridade entre elas. Por outro lado, efeitos de polarização ocorrem quando as atividades industriais e exportadoras das regiões atrasadas são prejudicadas, por exemplo, quando expostas à concorrência. Vale dizer que as regiões mais desenvolvidas atraem trabalhadores mais habilitados e dinâmicos *vis-à-vis* às menos desenvolvidas.

As regiões caracterizadas pela concentração do setor industrial podem apresentar diferenças salariais em relação àquelas com menor dinamismo desse setor. A aglomeração desse tipo de atividade em determinadas cidades favorece a atração de trabalhadores mais escolarizados e produtivos. Assim, é de se esperar que os trabalhadores dos centros mais industrializados recebam rendas mais elevadas mesmo após o controle de características individuais.

Essas ideias fazem parte de toda uma literatura que envolve aglomeração urbana, capital humano e prêmio salarial. Um dos primeiros estudos sobre o tema foi o de Glaeser e Maré (2001); os autores perceberam que os trabalhadores das regiões metropolitanas dos Estados Unidos ganham, em média, 33% a mais do que os outros trabalhadores. Na mesma direção, Yankow (2006) percebeu que essa diferença é de aproximadamente 19% para trabalhadores em grandes áreas urbanas dos EUA. Conclusão semelhante foi obtida por Campos e Neto (2009) quando estudaram esse processo no Brasil, pois observaram que os trabalhadores das regiões metropolitanas ganham até 16% a mais do que aqueles localizados fora dessas regiões. Vale ressaltar que, embora significativas, as diferenças salariais para compensar o custo de vida nas metrópoles não são suficientes para justificar tais discrepâncias salariais, conforme sugerem Menezes-Filho et al. (2007).

A acumulação de capital humano nas cidades amplia a produtividade média dos trabalhadores em virtude dos transbordamentos (*spillovers*) de conhecimento. Deve-se ressaltar, contudo, que as

externalidades decorrentes da acumulação de capital humano não são as únicas explicações para o prêmio salarial urbano. A relação positiva entre densidade urbana e salários pode ser explicada, por exemplo, pelas economias de aglomeração mais tradicionais: amplitudes do mercado de trabalho e acesso a insumos mais baratos. Mais que isso, Oi e Idson (1999) demonstram que a diferença salarial devido ao tamanho da empresa é comparável ao fosso salarial de gênero, expondo que as grandes empresas adotam uma política salarial discricionária, estabelecendo um padrão de desempenho superior que aumenta a produtividade do trabalho ao apoiar uma diferença salarial compensatória através do aumento da demanda por mão de obra especializada.

Ademais, estudos de Redding e Schott (2003), com foco na Nova Geografia Econômica (NGE), sugerem que as principais variáveis que explicam o diferencial de salários decorrem das externalidades pecuniárias, particularmente entre trabalhadores qualificados e não qualificados. Aqui, a decisão de acumular capital humano depende de questões como: custos de transporte, inter-relação dos rendimentos de escala e encadeamentos intersetoriais.

O artigo em tela objetiva estimar se existe diferença salarial entre os municípios da Região Metropolitana de Aracaju² e os demais municípios do estado de Sergipe. Mais especificamente, objetiva-se medir quanto das diferenças salariais são decorrentes da diferença de atributos entre os indivíduos (Efeito Dotação) e quanto é fruto da diferença nos retornos a estes atributos (Efeito Retorno).

Este estudo é novidade em relação à literatura na medida em que identifica os determinantes de diferencial de salários no estado de Sergipe. De forma mais enfática, este é o primeiro trabalho desenvolvido com foco na economia sergipana. Assim, este contribui para o entendimento das desigualdades regionais no referido estado.

O trabalho segmenta-se em cinco seções, além desta introdução. Na seção 2, é feita uma revisão da literatura sobre diferenciais de salários. Na seção 3, os métodos usados na estimação são especificados, apresenta-se a base de dados e é realizada uma análise exploratória. A seção 4 apresenta os resultados e discussões. Por último, na seção 5, apresentam-se as principais conclusões do estudo.

2. Revisão da literatura

O estreitamento dos diferenciais de salários estabelece-se com limitações quando se particulariza o aumento do grau de discriminação, cuja tendência espacial incorre em possíveis mudanças estruturais no mercado de trabalho (BLINDER, 1973; RIBEIRO; NEDER, 2011).

Lowell (1995), com base no Censo Demográfico de 1980, divide a diferenciação de salários em três partes: i) composição, que é devido às características demográficas; ii) discriminação, que indica o pagamento desigual havendo qualificações equivalentes; e iii) interação, que representa uma combinação dos dois primeiros efeitos.

Na literatura, há concordância quanto à atração de trabalhadores mais habilitados em grandes centros urbanos, em especial, nas áreas metropolitanas (SILVA et al., 2016). Na literatura nacional sobre diferenciais de salários, mostrou-se que cidades com maior concentração de capital humano elevam a produtividade dos trabalhadores, sobretudo, daqueles mais escolarizados (SOARES, 2000; ROCHA et al., 2011). Os diferenciais regionais de renda, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), apontam para ganhos de aglomeração urbana, mesmo quando controladas pelas características individuais dos trabalhadores, como idade, gênero, raça, educação, entre outros (ALMEIDA; BESARRIA, 2014; COELHO; VESZTEG; SOARES, 2010).

Araújo e Ribeiro (2002), com uso dos dados do PNAD de 1995, incorporaram a verificação do diferencial de renda por região. Os resultados confirmaram que o diferencial de renda verificado entre os indivíduos de diferentes regiões e com determinadas características era de natureza

² A Região Metropolitana de Aracaju é formada pelos municípios de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros e São Cristóvão. A Região Metropolitana de Aracaju foi criada pela Lei Complementar nº 25, de 29 de dezembro de 1995. N.A.

intraocupacional, sendo que as maiores taxas salariais estavam localizadas nas regiões Sul e Sudeste. Na mesma direção, o trabalho de Ometto et al. (1999), ao detalhar as estruturas ocupacionais presentes na PNAD, analisa os mercados de trabalho dos estados de Pernambuco e São Paulo, apontando os indícios de diferenciação salarial decorrentes da segregação intraocupacional.

Cirino e Dalberto (2015) expõem que a diferença de rendimentos na Região Metropolitana de Belo Horizonte, entre trabalhadores formais e informais, está relacionada ao não acesso a postos de trabalho mais seguros, o que provoca baixa adesão aos benefícios trabalhistas e previdenciários.

Igualmente, em Cavalieri e Fernandes (1998), há evidências de discriminação apenas com diferenciais de rendimento entre regiões metropolitanas. Para as regiões metropolitanas brasileiras, o salário médio dos homens é maior do que o das mulheres e o dos brancos é maior do que o dos negros, mesmo quando controlado por variáveis como idade, escolaridade e local de moradia. Além disso, as diferenças de gênero se mostram homogêneas em detrimento às de raça.

A diferença salarial por gênero e cor também foi estudada por Souza et al. (2015). Utilizando dados da PNAD de 2013, e também por meio da decomposição de Oaxaca-Blinder, seus resultados indicam que o hiato de salários é desfavorável à mulher, sendo que a discriminação está positivamente relacionada aos atributos produtivos e ao tipo de união civil; por outro lado, ela está negativamente associada à área de residência e à ocupação exercida. Notou-se, ainda, que entre os indivíduos não brancos, embora a diferença salarial tenha sido menor, a discriminação por gênero foi maior do que entre os brancos. A principal conclusão dos autores é que, em conjunto, tanto o gênero quanto a cor potencializam as diferenças salariais no Brasil.

Os resultados apresentados por Cirino e Lima (2016) demonstraram, com uso dos dados do PNAD para o ano de 2006, que os rendimentos por hora de indivíduos localizados na Região Metropolitana de Belo Horizonte eram, em média, superiores aos dos indivíduos que residiam à Região Metropolitana de Salvador, enfatizando que o aumento na taxa salarial em Belo Horizonte decorria da maior aglomeração econômica e de atributos pessoais mais valorizados no mercado de trabalho (a exemplo de raça, escolaridade e idade do indivíduo).

Barros e Mendonça (1995) concluíram que, apesar da existência de uma estrutura ocupacional bastante diversificada entre indivíduos de diferentes características, praticamente a totalidade da diferença salarial deve refletir apenas o perfil pessoal (gênero, idade e raça) e suas dotações (escolaridade e experiência).

Matos e Machado (2006), a partir de informações da PNAD para os anos de 1987 e 2001, colocam que os indícios centrais de diferenciação de rendimento mostram que há forte relação entre nível de salário e discriminação por sexo e cor e, no caso específico desta última característica, também menor dotação de escolaridade. Em síntese, a desigualdade de rendimento do trabalho no Brasil é ainda uma questão de sexo e, sobretudo, de raça.

Os resultados encontrados pelos principais pesquisadores da área têm revelado evidências da existência de diferenciais salariais significativos segundo características pessoais, enfocando os processos causados por discriminação, por localização geográfica e por diferentes componentes de produtividade.

3. Procedimentos metodológicos e base de dados

Para medir o grau da diferenciação salarial no estado de Sergipe, utiliza-se a estimação pelo Método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e posteriormente aplica-se o método de decomposição de Oaxaca-Blinder para avaliar a diferença entre os rendimentos no mercado de trabalho considerando os residentes da RMA e os não residentes dessa área (OAXACA, 1973; BLINDER, 1973).

O primeiro passo, contudo, é estimar a equação *minceriana* de rendimentos (MINCER, 1974). O modelo para estimar os rendimentos pode ser expresso como:

$$\ln(w) = \hat{\alpha} + X\beta + \hat{u} \quad (1)$$

em que $\ln(w)$ é o logaritmo natural do rendimento-hora do trabalhador no trabalho principal; $\hat{\alpha}$ é o intercepto linear; β é o vetor de parâmetros a serem estimados; X é o vetor de atributos produtivos e não produtivos que supostamente determinam o rendimento do trabalhador; e \hat{u} é o termo do erro estocástico. Essa equação é estimada por MQO, cujos resultados, posteriormente, serão utilizados na decomposição Oaxaca-Blinder.

A partir desta técnica, podem-se decompor os diferenciais de rendimento em dois componentes: o primeiro é explicado pelas variáveis do modelo (Efeito Dotação), ao passo que o segundo não é explicado (Efeito Retorno). Este último representa os efeitos dados às mesmas características para trabalhadores localizados em regiões diferentes. Estudo semelhante foi realizado Cirino e Lima (2016) quando mediram tais diferenças entre as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e de Salvador. De forma muito simples, a ideia é realizar as seguintes estimações:

$$\ln(\text{Renda}_{\text{RMA}}) = \hat{\alpha}_{\text{RMA}} + \sum \hat{\beta}_{\text{RMA}} X_{i\text{RMA}} + \hat{u}_{\text{RMA}} \quad (2)$$

$$\ln(\text{Renda}_{\text{MSE}}) = \hat{\alpha}_{\text{MSE}} + \sum \hat{\beta}_{\text{MSE}} X_{i\text{MSE}} + \hat{u}_{\text{MSE}} \quad (3)$$

em que $\ln(w)$ é o logaritmo natural do rendimento-hora do trabalhador no trabalho principal; X_i é a matriz de atributos produtivos e não produtivos; \hat{u} é o termo do erro que, por hipótese, tem média igual a zero e variância constante. Os subscritos RMA e MSE representam, respectivamente, Região Metropolitana de Aracaju e Municípios de Sergipe. Subtraindo as Equações (2) e (3), tem-se que:

$$[\ln(\text{Renda}_{\text{RMA}}) - \ln(\text{Renda}_{\text{MSE}})] = (\hat{\alpha}_{\text{RMA}} - \hat{\alpha}_{\text{MSE}}) + (\hat{\beta}_{\text{RMA}} X_{i\text{RMA}} - \hat{\beta}_{\text{MSE}}) \quad (4)$$

Somando e subtraindo ($\hat{\beta}_{\text{RMA}} X_{i\text{MSE}}$), e rearranjando a Equação (4), obtêm-se:

$$[\ln(\text{Renda}_{\text{RMA}}) - \ln(\text{Renda}_{\text{MSE}})] = (\hat{\alpha}_{\text{RMA}} - \hat{\alpha}_{\text{MSE}}) + (\Delta \hat{\beta} X_{i\text{RMA}} - \hat{\beta}_{\text{MSE}} \Delta X_i) \quad (5)$$

Os três primeiros termos do lado direito da Equação (5) representam o efeito retorno; isto é, são os efeitos explicados pelos retornos aos atributos produtivos. O último termo, por sua vez, vai indicar se os indivíduos têm características diferentes nas duas regiões analisadas. Vale dizer que:

$$\Delta \hat{\beta} = \hat{\beta}_{\text{RMA}} - \hat{\beta}_{\text{MSE}} \quad \text{e} \quad \Delta X_i = X_{i\text{RMA}} - X_{i\text{MSE}} \quad (6)$$

O modelo central de análise da diferenciação salarial do presente artigo é especificado por meio da Equação (7).

$$\ln \text{Renda} = \hat{\alpha} + \beta \text{RegMetro} + \theta \text{homem} + \zeta \text{branco} + \rho \text{Idade} + \sigma \text{Idade}^2 + \varphi \text{fundamental} + \gamma \text{medio} + \delta \text{superior} + \mu \text{Formal} + X_i \beta_i + \hat{u} \quad (7)$$

em que: φ , γ , δ , θ e ζ são parâmetros estimados para as variáveis relativas à localização do indivíduo (neste caso, RMA), escolaridade (“fundamental”, “médio” e “superior”), gênero (“homem”), raça (“branco”), situação do indivíduo no mercado de trabalho (formal ou informal), sendo o X_i vetor de variáveis de controle e β_i o vetor dos coeficientes estimados por cada variável de controle (a exemplo da idade).

Todos os dados do presente estudo foram obtidos a partir do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As informações utilizadas para as estimações são em nível do indivíduo. O Quadro 1 sintetiza as variáveis utilizadas.

Quadro 1- Variáveis utilizadas para estimação das equações *mincerianas*

<i>ln</i> Renda	Rendimento-hora do trabalhador no trabalho principal
RMA	Dummy = 1; mora na RMA;
Sexo	Dummy = 1; Homem
Branco	Dummy = 1; Branco
Idade	Em anos
Fundamental	Dummy = 1; tem ensino fundamental completo
Médio	Dummy = 1; tem ensino médio completo
Superior	Dummy = 1; tem ensino superior completo
Formalizado	Dummy = 1; empregado com carteira assinada

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Demográfico 2010.

A partir dessa base de dados, podem-se obter algumas evidências iniciais. São consideradas informações de 164.346 indivíduos no mercado de trabalho de Sergipe no Censo demográfico de 2010. A RMA, com apenas quatro municípios, em 2010, respondia por 52% dos indivíduos economicamente ativos do estado de Sergipe, com idade entre 18 e 50 anos.

Na RMA, 53% dos indivíduos são do sexo feminino e 47% são do sexo masculino. Para os demais municípios sergipanos, registrou-se um percentual de 51% de indivíduos mulheres e 49% de indivíduos homens. Em relação à raça, na RMA, 27% da população ocupada se autodeclarara branca, 60% parda, 11% negra e 2% amarela. Nos demais municípios sergipanos, registra-se que 65% dos indivíduos economicamente ativos se intitulavam pardos, 26% brancos, 8% negros e 1% amarelos.

A escolha pela análise da população economicamente ativa por raça decorre do fato de muitos estudos apontarem que, no Brasil, os trabalhadores não brancos ainda sofrem muita discriminação no mercado de trabalho, recebendo salários mais baixos, mesmo quando possuem características produtivas similares às dos demais trabalhadores, conforme destacado nos estudos de Matos e Machado (2006) e Soares (2000).

Quando se observa o nível de escolaridade entre os trabalhadores na RMA, nota-se que 55% não tinham instrução ou fundamental incompleto; 15% dos trabalhadores em idade adulta possuíam o ensino fundamental; 23% concluíram o ensino médio e apenas 7% obtiveram diploma em cursos superiores. Nos demais municípios sergipanos, 86% dos indivíduos ainda não possuíam nível de escolaridade para incluir-se em setores do mercado de trabalho que demandavam alguma qualificação específica. Quanto à escolaridade básica, haveria mesmo percentual de indivíduos com ensino fundamental e médio³ (12%). Porém, o percentual de trabalhadores com ensino superior registrou apenas 2%.

A segregação de renda por escolaridade é uma característica histórica da sociedade brasileira. Os atributos produtivos dos indivíduos estão relacionados ao nível de instrução obrigatório para inserção no mercado de trabalho. Nesse fato, o fator escolaridade, segundo Salvato et al. (2010), conduz aos indícios de que os menores salários são destinados aos indivíduos com pouca qualificação técnica e cultural e os maiores salários para os indivíduos com considerável habilidade intelectual.

Além disso, a discriminação salarial no estado de Sergipe acompanha a tendência dos demais estados brasileiros. Ou seja, as vagas de emprego com maiores rendimentos são destinadas aos trabalhadores com maior qualificação.

³Os níveis de escolaridade (fundamental e médio) incluem tanto cursos normais de formação básica e de acesso à universidade (ensino médio pré-universitário) como os cursos de formação técnica. N.A.

Conforme apresentado anteriormente, a variável de interesse é o logaritmo do salário hora do trabalhador. Porém, esse dado é observado apenas para os indivíduos que participam do mercado de trabalho. Ou seja:

$$W_i = \begin{cases} W_i^* & \text{se } Z_i = 1 \\ 0 & \text{se } Z_i = 0 \end{cases} \quad (8)$$

em que: W é o salário do indivíduo; Z é a variável binária que assume valor igual a um se o indivíduo estiver ocupado e zero em caso contrário.

Segundo Heckman (1979), há viés de seleção amostral quando alguns agentes escolhem não ingressar no mercado de trabalho, porque o salário médio está abaixo de seu salário reserva. Seu modelo parte das seguintes premissas: i) o indivíduo participa do mercado de trabalho quando o salário de mercado for maior do que o seu salário de reserva; ii) não há barreiras à entrada no mercado de trabalho; e iii) não há desemprego ficcional.

Para corrigir o problema de viés de seleção, a ideia básica proposta por Heckman (1979) consiste em estimar uma equação de participação que avalia a probabilidade de o indivíduo trabalhar, segundo algumas variáveis explicativas. Utiliza-se, assim, um modelo *probit* em que a variável dependente assume o valor um se o indivíduo está ocupado e zero caso contrário. Num segundo momento, calcula-se um parâmetro *lambda*, ou razão inversa de Mills, a partir dos coeficientes da equação de participação anterior. Esse parâmetro será utilizado na estimação da equação de salários.

Vale ressaltar, tal como indicado por Souza et al. (2015), que alguns trabalhos realizados para o Brasil optam por não aplicar a correção de Heckman (1979) sob o argumento de que, neste país, o desemprego é involuntário. Além de Souza et al. (2015), Cacciamali et al. (2009) e Fiuza-Moura (2015) também não fazem a correção. Apesar de considerar o argumento razoável do ponto de vista teórico, bem como coerente com a realidade brasileira, o presente trabalho fez também a opção de apresentar os resultados a partir da proposta de Heckman (1979)⁴ para corrigir o viés de seleção e, desse modo, tornar os resultados mais robustos.

4. Resultados e discussão

A Tabela 1 apresenta os resultados dos modelos estimados para verificação das disparidades salariais decorrentes de diferentes características de indivíduos localizados tanto na RMA como nos demais municípios do Estado de Sergipe. Procura-se detalhar os condicionantes locais de determinação da renda com base no comportamento especificado no modelo proposto na seção 3.

Os resultados do modelo mostram a influência das variáveis explicativas sobre o rendimento médio dos indivíduos na RMA. De forma geral, percebe-se que todas as variáveis são significativas e com os sinais esperados conforme a literatura.

⁴ A equação de participação incluiu como variáveis explicativas: idade; idade ao quadrado, gênero, raça, estado civil e uma *dummy* para indicar se a casa tem alguém com deficiência mental/intelectual permanente. Esta última variável é importante, pois se baseia na hipótese de que cuidar de dependentes, especialmente aqueles que exigem cuidados especiais, reduz a probabilidade de estar empregado. Argumento semelhante é usado por Carvalho, Neri e Silva (2006), Jann (2008) e Coelho, Veszteg e Soares (2010) quando incluem, na equação de participação, o número de crianças no domicílio.

Tabela 1 – Resultados das estimações por MQO dos modelos de diferenciação de renda

Variáveis Explicativas	MQO		Correção de Heckman	
	Variável Dependente		Variável Dependente	
	<i>lnRenda</i>		<i>lnRenda</i>	
	Coefficiente	Desvio-Padrão	Coefficiente	Desvio-Padrão
RMA	0,35***	(0,004)	0,31***	(0,01)
Gênero	0,22***	(0,004)	0,26***	(0,02)
Idade	0,03***	(0,0008)	0,03***	(0,001)
Idade ²	-0,0002***	(0,00001)	-0,0002***	(0,00002)
Raça	0,11***	(0,004)	0,11***	(0,01)
Fundamental	0,30***	(0,006)	0,31***	(0,01)
Médio	0,62***	(0,005)	0,61***	(0,01)
Superior	1,51***	(0,007)	1,47***	(0,02)
Formal	0,15***	(0,004)	0,25***	(0,009)
Constante	1,09***	(0,016)	0,93***	(0,05)
Nº de Observações	164.347		164.347	
R-Quadrado	0,34		-	
Lambda	-		1,85***	-0,4

Nota (1): ***significante a 1%.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Demográfico de 2010.

Os resultados obtidos por meio da estimação da equação *minceriana* de rendimentos pelo método de MQO convencional demonstram, de acordo com o esperado, que a escolaridade, a atuação no segmento formal do mercado de trabalho e a residência na RMA contribuem positivamente na determinação dos rendimentos dos trabalhadores durante o período analisado. A *dummy* associada à RMA indica, no modelo MQO, que os seus habitantes receberam um rendimento 35% superior aos não residentes; no modelo corrigido pelo viés de seleção este valor é de 31%.

A *dummy* gênero é significativa a 1% e indica um diferencial de rendimento positivo entre 22% (MQO) e 26% (corrigido pelo viés de seleção) favorável aos homens. Já com relação à *dummy* de raça, observa-se um diferencial de rendimentos de 11% favorável aos indivíduos brancos em ambos os modelos. Este último resultado merece melhor investigação em trabalhos futuros, pois o baixo coeficiente do referido parâmetro sugere que, tendo em vista outros trabalhos, a discriminação salarial por raça não parece muito grande dentro do Estado de Sergipe. O sinal da variável Idade (calculada em anos) é condizente com a teoria do capital humano, apresentando-se positivo e significativo, indicando sua influência positiva na determinação dos salários. Ou seja, indivíduos com maior faixa etária ou com maior experiência obtêm um rendimento 3% maior do que os indivíduos com menor faixa etária ou sem experiência. Ademais, o sinal negativo do coeficiente do termo quadrático da idade, que visa captar os efeitos da experiência, também é condizente com a teoria do capital humano, isto é, o salário individual aumenta com a idade até certo ponto.

Outro resultado importante é que o retorno ao atributo educacional, especificado nas variáveis Fundamental, Médio e Superior, expõe a relação entre o nível de escolaridade e o rendimento individual. Para isso, o resultado obtido revelou que quanto maior o nível de escolaridade, maior será o rendimento individual.

Segundo a estimação em MQO, os indivíduos com Ensino Fundamental recebem 30% a mais em comparação aos indivíduos que não possuem escolaridade. Além do mais, os indivíduos que

possuem o Ensino Médio recebem 62% a mais do rendimento dos que não possuem escolaridade. Em destaque, os indivíduos mais escolarizados recebem um maior percentual do que os indivíduos não escolarizados. Esse fato se aplica aos indivíduos com ensino superior, que dispõem de um rendimento médio de aproximadamente 151% a mais do que aqueles sem escolaridade.

Com relação à *dummy* “formal”, relativa ao indivíduo com carteira assinada, a mesma apresenta um percentual de rendimento de aproximadamente 15%, denotando que o indivíduo com carteira assinada recebe um salário maior do que os demais. Vale dizer que as demais categorias incluem não apenas os trabalhadores sem carteira assinada, mas também funcionários públicos ou outros trabalhadores que não estão sob o regime da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Vale notar que ao corrigir o viés de seleção, tal como proposto por Heckman (1979), os resultados apresentam semelhança.

Após esta análise inicial pela estimação pelo método de MQO, considerando a equação *minceriana* de rendimentos, o passo seguinte é decompor a diferença salarial entre os residentes e não residentes na RMA em dois componentes: i) dotação: diferença que corresponde às diferenças de características produtivas; e ii) retorno: diferença nos retornos às variáveis entre as regiões. Esses fatores são gerados pelo método de decomposição de Oaxaca-Blinder.

Na Tabela 2, são apresentados os valores da renda para os indivíduos da RMA e demais municípios sergipanos bem como a diferença entre eles e a participação do Efeito Dotação e do Efeito Retorno estão direcionados para exposição da desigualdade de rendimentos. Ainda na Tabela 2, está disposta a decomposição detalhada para as variáveis explicativas (Região Metropolitana - RMA, Região Não Metropolitana - MSE, gênero, idade, entre outras), destacando os principais indicadores de diferenciação no rendimento individual. Os dados estão transformados na forma exponencial para facilitar a interpretação, mas o leitor poderá conferir em Anexo (Tabela 3) os resultados expressos na escala logarítmica. A regressão de participação pode ser vista na Tabela 4 em anexo.

O método revela quão longe o *gap* da variável dependente entre dois grupos pode ser explicado pelas diferenças das variáveis independentes. Mais claramente, essa decomposição explica o hiato na média da variável resposta entre dois grupos. Tal diferença é decomposta em duas partes: a primeira, chamada de efeito dotação ou componente explicado, reflete as diferenças na distribuição das variáveis explicativas entre os grupos; a segunda, chamada de efeito retorno ou componente não explicado, captura diferenças nos efeitos desses determinantes.

A Tabela 2 revela que os indivíduos residentes na RMA receberam, em média, R\$ 22,12 por hora trabalhada no ano de 2010. Por outro lado, os residentes fora da RMA receberam, em média, R\$ 11,46 por hora trabalhada. O método de decomposição visa analisar a diferença entre esses rendimentos que gira em torno de 51%. Deste total, 23% decorrem de fatores explicados (efeito dotação), ao passo que 28% são resultantes de fatores não explicados ou efeito retorno.

Este resultado é, em parte, esperado, uma vez que, segundo Lehmer e Möller (2010), o maior prêmio salarial está concentrado na região mais urbanizada e, conseqüentemente, com maior aglomeração de grandes firmas e maior disponibilidade de mão de obra especializada. Vale dizer que Segal (1976) já apontava como o tamanho da cidade e os retornos em escala têm impacto na composição salarial e na produtividade marginal do trabalho.

O chamado efeito dotação mostra que, se os residentes na RMA tivessem as mesmas características dos não residentes, aqueles receberiam, em média, 23% a menos. A decomposição detalhada mostra que as variáveis com maior efeito quantitativo são “ensino superior” e “ensino médio”. Em outras palavras, se os residentes da RMA tivessem o mesmo perfil dos não residentes, receberiam 16% a menos do que ganham atualmente em decorrência do nível superior e 10% a menos por possuir ensino médio.

Tabela 2 – Decomposição do diferencial de rendimentos pelo método de Oaxaca-Blinder

Oaxaca-Blinder tradicional			Correção de Heckman	
Variável dependente Ln(salário/hora)			Variável dependente Ln(salário/hora)	
Efeitos	Coefficiente	Desvio-padrão	Coefficiente	Desvio-padrão
MSE	11,46***	(0,03)	11,11***	(0,04)
RMA	22,12***	(0,1)	22,12***	(0,1)
Diferença	0,51***	(0,002)	0,50***	(0,003)
Dotação	0,77***	(0,003)	0,77***	(0,003)
Retorno	0,72***	(0,003)	0,71***	(0,004)
Efeito Dotação				
Variáveis	Coefficiente	Desvio-padrão	Coefficiente	Desvio-padrão
Gênero	1,02***	(0,001)	1,02***	(0,001)
Idade	0,97***	(0,002)	0,97***	(0,002)
Idade ²	1,005***	(0,001)	1,006***	(0,001)
Raça	0,99***	(0,0004)	0,99***	(0,0004)
Fundamental	0,99***	(0,0005)	0,99***	(0,0005)
Médio	0,90***	(0,002)	0,90***	(0,002)
Superior	0,85***	(0,002)	0,84***	(0,002)
Formal	1,01***	(0,001)	1,01***	(0,001)
Efeito Retorno				
Variáveis	Coefficiente	Desvio-padrão	Coefficiente	Desvio-padrão
Gênero	0,94***	(0,04)	0,95***	(0,04)
Idade	0,81***	(0,06)	0,84**	(0,06)
Idade ²	1,00	(0,037)	0,98	(0,03)
Raça	0,98***	(0,02)	0,98***	(0,02)
Fundamental	1,008***	(0,002)	1,008***	(0,002)
Médio	1,01***	(0,004)	1,01***	(0,004)
Superior	0,98***	(0,002)	0,98***	(0,002)
Formal	1,23***	(0,006)	1,24***	(0,006)
Constante	0,78***	(0,03)	0,75***	(0,03)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Demográfico de 2010.

O efeito retorno, por sua vez, mostra a mudança nos salários dos residentes da RMA quando se aplicam os coeficientes dos não residentes às características dos residentes na RMA. Ou seja, o efeito retorno mostra o impacto no salário dos não residentes se as suas características fossem valoradas da mesma forma que as características dos residentes na RMA. Por outro ângulo, se os residentes fora da RMA, com suas próprias características, obtivessem os ganhos marginais dos residentes da RMA, a diferença salarial entre eles seria de 28% e não de 51% como de fato acontece.

Vale registrar o estudo de diferenças salariais inter-regional no Brasil realizado por Freguglia e Menezes-Filho (2012). Após controlar por características não mensuráveis dos trabalhadores, por meio de modelos de efeito fixo, eles notaram que as diferenças espaciais de salários são menores do que podem parecer. Segundo esses autores, grande parcela da variabilidade salarial entre os estados brasileiros – 63% – é consequência dessas características não observadas, as quais não podem ser removidas pela estimação via MQO. Embora esse *insight* não possa ser testado com os dados utilizados no presente trabalho, é importante fazer a consideração desses resultados para que pesquisas futuras sobre Sergipe considerem tal possibilidade.

É importante observar que algumas variáveis explicativas apresentam um efeito retorno negativo e significativo, a saber: gênero, idade, raça e ensino superior. Isso significa dizer que, se o efeito decorrente dessas variáveis daqueles não residentes na região metropolitana fossem os mesmos para os residentes na região metropolitana, estes também receberiam uma renda menor. Do ponto de vista quantitativo, as duas variáveis cujo efeito é mais intenso são: idade e gênero. A idade, especialmente, parece produzir um efeito muito mais negativo sobre o rendimento daqueles que estão fora da RMA. Talvez as condições de vida se degradem mais intensamente no interior, de tal modo que as condições de trabalho e produtividade ficam por demais comprometidas.

Chama a atenção o parâmetro da constante associado ao efeito retorno. Segundo Jann (2008), a constante é um termo que não tem explicação, pois ela é parte das diferenças de renda decorrentes exclusivamente do fato de o indivíduo corresponder a determinado grupo. Essa diferença é chamada por Blinder (1973) de “*shift effect*”. Os resultados sugerem que os não residentes receberiam, em média, 22% a menos pelo simples fato de estarem localizados fora da RMA.

Os resultados revelam que, além de receberem um rendimento menor do que os trabalhadores residentes na RMA, os indivíduos dos demais municípios sergipanos têm incrementos mais baixos na sua renda quando diante de variações nas variáveis de controle. Isso só favorece o aumento da desigualdade entre os respectivos agentes.

Em síntese, a Tabela 2 decompõe os efeitos dotação e retorno para as diferentes variáveis de controle. Isso fornece algumas pistas sobre os elementos que mais contribuem para a desigualdade de rendimento dos residentes na RMA e demais municípios de Sergipe. Esses resultados, contudo, carecem de investigações mais aprofundadas, as quais podem partir deste diagnóstico inicial. Os resultados apontam para um maior impacto do fator localização sobre o rendimento. Por isso, há indícios de que residir na RMA torna-se, aparentemente, condição para auferir maior nível de rendimento médio.

Esses resultados vão ao encontro dos estudos de Cirino e Dalberto (2015). Esses autores destacam que a magnitude gerada pela questão locacional frente aos atributos pessoais sobre a diferenciação de salários constitui fundamento para estudos acerca da desigualdade espacial de renda. Isso ocorre na medida em que a análise da relação entre o lugar de residência (RMA e demais municípios de Sergipe) e as características dos indivíduos (gênero, raça, escolaridade, idade e situação no mercado de trabalho) fornecem indicadores que permitem a mensuração da magnitude salarial.

Como evidência principal, vale destacar que a decomposição revelou que o lugar é o principal atributo que implica maior efeito sobre os rendimentos individuais. Neste aspecto, Cirino e Lima (2016) enfocam a importância de uma região com dinamismo econômico marcado pelo desenvolvimento das atividades industriais, do setor de serviços com maior concentração de empregos formais de considerável nível salarial, seguidos por melhores oportunidades de trabalho em comparação a regiões com pouco dinamismo produtivo e econômico. Em foco, na RMA, encontram-se as maiores concentrações de empreendimentos ligados ao setor de serviços e industrial, significando os efeitos de atração de mão de obra qualificada (como abordado pela teoria do capital humano).

Nos termos propostos por Azzoni e Servo (2001), ao observar que os indivíduos da RMA ganhavam mais do que os indivíduos residentes na área não metropolitana, enfatiza-se a possibilidade dos efeitos das amenidades locais (alto custo de vida, prêmio salarial etc.) em explicar os diferenciais regionais de renda, não indicando, assim, necessariamente, diferenciais de bem-estar para indivíduos com mesma dotação de recursos produtivos.

5. Considerações finais

A compreensão dos determinantes do diferencial salarial entre a RMA e demais municípios do estado de Sergipe é relevante para auxiliar o desenho de políticas públicas voltadas à diminuição das desigualdades espaciais na formação de capital humano, bem como de disparidades na renda. Nesse contexto, deve-se entender a dinâmica econômica dos lugares e os aspectos modificadores do

trabalho, a exemplo da qualificação profissional, para predizer os efeitos motivadores da diferenciação salarial, considerando, nessa análise, a junção de atributos individuais e regionais para revelar os indícios centrais da desigualdade de rendimento presente no estudo em tela.

O artigo verificou a existência de diferenciais salariais entre os indivíduos residentes na região metropolitana de Aracaju e não metropolitana do estado de Sergipe por meio de modelos baseados no método de MQO e de decomposição de Oaxaca-Blinder com a correção do viés de seleção proposto por Heckman (1979). Para tal, foram utilizados microdados do Censo Demográfico de 2010.

O tratamento abordado pelo modelo hierárquico obtido por MQO confirmou a hipótese de diferencial de rendimento positivo em função das características pessoais, sendo esse resultado coerente com uma possível desigualdade na composição do salário médio dos indivíduos, tornando evidente o impacto da escala urbana e regional. Os resultados mostram que os indivíduos residentes fora da RMA recebem um rendimento médio de R\$ 11,46 por hora de trabalho. Isso representa cerca da metade do que recebem os residentes na RMA (R\$ 22,12). A maior parte dessa diferença salarial decorre de efeitos não explicados ou efeito retorno. Ou seja, se os retornos dos não residentes na RMA - obtidos pela educação de ensino superior e idade - fossem aplicados sobre as características dos residentes, estes receberiam 28% a menos.

Todavia, nota-se também diferença por conta do efeito dotação, o qual, por sua vez, faz referência às características dos indivíduos. Ou seja, os não residentes da RMA recebem uma renda menor também por conta do seu perfil. Sob qualquer ótica, a análise em um ponto no tempo, 2010, apresenta indícios de que o diferencial de renda entre essas regiões no Estado de Sergipe é grande. Obviamente que estudos futuros precisam avaliar essa dinâmica.

As evidências apontam para a necessidade de políticas públicas que priorizem a equalização de oportunidades por meio da diminuição das desigualdades regionais de renda. Em seguida, as ações governamentais devem agir no sentido de intensificar o ambiente de capacitação da mão de obra nas regiões não metropolitanas e conceber políticas estaduais de diminuição dos efeitos do custo de vida sobre a composição salarial dos trabalhos nas áreas metropolitanas.

Referências

- ALMEIDA, W. S.; BESARRIA, C. N. Diferenciais de rendimento por gênero e raça no mercado de trabalho nordestino: uma análise via regressões quantílicas e decomposição de Oaxaca-Blinder (1973). In: *Anais do X Encontro de Economia Baiana*, Salvador, Bahia, 2014.
- ARAÚJO, V. F.; RIBEIRO, E. P. Diferenciais de salários por gênero no Brasil: uma análise regional. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 33, n. 2, p. 196-217, 2002.
- AZZONI, C. R.; SERVO, L. M. S. Education, cost of living and regional wage inequality in Brazil. *Papers in Regional Science*, v. 81, n. 2, p. 157-175, 2001.
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. *Os determinantes da desigualdade no Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília: IPEA, 1995. (Texto para Discussão, n. 478)
- BLINDER, A. S. Wage discrimination: reduced form and structural estimates. *Journal of Human Resources*, v. 8, n. 4, p. 436-455, 1973.
- CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F.; ROSALINO, J. W. Estreitamento dos diferenciais de salários e aumento do grau de discriminação: limitações da mensuração padrão? *Planejamento e Políticas Públicas*, v. 33, n. 1, p. 196-222, 2009.
- CAMPOS, F. M.; NETO, R. M. A importância da dimensão do mercado de trabalho para os diferenciais de participação e salários entre gêneros: uma análise empírica para os centros urbanos brasileiros. In: *Anais do XXXVII Encontro Nacional de Economia - ANPEC*, Foz do Iguaçu, Paraná, 2009.

- CARVALHO, A. P.; NERI, M. C.; SILVA, D. B. Diferenciais de salários por raça e gênero: aplicação dos procedimentos de Oaxaca e Heckman em pesquisas amostrais complexas. In: *Anais do XV Encontro de Estudos Populacionais*, Caxambu, Minas Gerais, 2006.
- CAVALIERI, C. H.; FERNANDES, R. Diferenciais de salários por gênero e por cor: uma comparação entre regiões metropolitanas brasileiras. *Revista de Economia Política*, v. 18, n. 1, p. 158-175, 1998.
- CIRINO, J. F.; DALBERTO, C. R. Trabalhadores formais versus informais: diferenças de rendimento para a região metropolitana de Belo Horizonte. *Perspectiva Econômica*, v. 11, n. 2, p. 81-94, 2015.
- CIRINO, J. F.; LIMA, J. E. Diferenças de rendimento entre as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador: uma discussão a partir da decomposição de Oaxaca-Blinder. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 43, n. 2, p. 371-389, 2016.
- COELHO, D.; VESZTEG, R.; SOARES, F. V. *Regressão Quantílica com correção para a seletividade amostral: estimativas dos retornos educacionais e diferenciais raciais na distribuição de salários das mulheres no Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília: IPEA, 2010. (Texto para Discussão, n. 1.483)
- FIUZA-MOURA, F. K. *Diferenciais de salário na indústria brasileira por sexo, cor e intensidade tecnológica*. 2015. 96 f. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, 2015.
- FREGUGLIA, R. S.; MENEZES-FILHO, N. A. Inter-regional wage differentials with individual heterogeneity: evidence from Brazil. *The Annals of Regional Science*, v. 49, n. 1, p.17-34, 2012.
- GLAESER, E. L.; MARÉ, D. C. Cities and skills. *Journal of Labor Economics*, v. 19, n. 2, p. 316-342, 2001.
- HECKMAN, J. J. Sample selection bias as a specification error (with an application to the estimation of labour supply functions). *Econometrica*, v. 47, n. 1, p.153-161, 1979.
- HIRSCHMAN, A. O. *The strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press, 1958.
- JANN, B. The Blinder-Oaxaca decomposition for linear regression models. *The Stata Journal*, v. 8, n. 4, p. 453-479, 2008.
- LEHMER, F.; MÖLLER, J. Interrelations between the urban and firm-size wage premium – A cohort analysis for mobile and immobile workers with German microdata. *The Annals of Regional Science*, v. 45, p. 31-58, 2010.
- LOWELL, P. A. Race, gender and development in Brazil. *Latin American Research Review*, v. 29, n. 3, p. 7-35, 1995.
- MATOS, R. S.; MACHADO, A. F. Diferencial de rendimento por cor e sexo no Brasil. *Econômica*, v. 8, n. 1, p. 5-27, 2006.
- MENEZES-FILHO, N. A.; FERNANDES, R.; PICCHETTI, P. Educação e queda recente da desigualdade no Brasil. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, 2007.
- MINCER, J. *Schooling, experience and earnings*. New York: NBER, 1974.

- OAXACA, R. Male-female wage differentials in urban labor markets. *International Economic Review*, v. 14, n. 3, p. 693-709, 1973.
- OI, W.; IDSON, T. L. Firm size and wages. In: ASHENFELTER, O.; CARD, D. (Eds.). *Handbook of Labor Economics*, Elsevier, Amsterdam: p. 2165-2214, 1999.
- OMETTO, A. M. H.; HOFFMAN, R.; ALVES, M. C. Participação da mulher no mercado de trabalho: discriminação em Pernambuco e São Paulo. *Revista Brasileira de Economia*, v. 53, n. 3, p. 287-322, 1999.
- REDDING, S.; SCHOTT, P. Distance, skill, deepening and development: will peripheral countries ever get rich? *Journal of Development Economics*, v. 72, n. 2, p. 515-541, 2003.
- RIBEIRO, R.; NEDER, H. Desigualdade dos rendimentos do trabalho: estudo comparativo para as Regiões Nordeste e Sudeste do Brasil. *Análise Econômica*, v. 24, n. 45, p. 265-285, 2011.
- ROCHA, R. M.; SILVEIRA-NETO, R. M.; GOMES, S. M. F. P. O. Maiores cidades, maiores habilidades produtivas: ganhos de aglomeração ou atração de habilitados? Uma análise para as cidades brasileiras. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 42, n. 4, p. 675-695, 2011.
- SALVATO, M. A.; FERREIRA, P. C. G.; DUARTE, A. J. M. O impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda. *Estudos Econômicos*, v. 40, n. 4, p. 753-791, 2010.
- SEGAL, D. Are there returns to scale in city size? *Review of Economics and Statistics*, v. 58, p. 339-350, 1976.
- SILVA, D. L. G.; SANTOS, G. F.; FREGUGLIA, R. S. Distribuição espacial dos efeitos de aglomeração sobre os retornos à educação no Brasil entre 1995 e 2008. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 46, n. 2, p. 7-46, 2016.
- SOARES, S. S. *O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília: IPEA, 2000. (Textos para Discussão, n. 769)
- SOUZA, S. C. I.; MAIA, K.; FIUZA-MOURA, F. K.; GOMES, M. R.; SILVA, R. J. Diferenças salariais por gênero e cor e o impacto da discriminação econômica. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 9, n. 1, p. 32-49, 2015.
- YANKOW, J. J. Why do cities pay more? An empirical examination of some competing theories of the urban wage premium. *Journal of Urban Economics*, v. 60, n. 2, p. 139-161, 2006.

Anexos

Tabela 3 – Decomposição pelo método de Oaxaca-Blinder – escala logarítmica

Oaxaca-Blinder tradicional			Correção de Heckman	
Variável Dependente: Ln(salário/hora)			Variável Dependente Ln(salário/hora)	
Efeitos	Coefficiente	Desvio-Padrão	Coefficiente	Desvio-Padrão
MSE	2,43***	(0,02)	2,40***	(0,03)
RMA	3,09***	(0,04)	3,09***	(0,05)
Diferença	-0,65***	(0,05)	-0,69***	(0,06)
Dotação	-0,25***	(0,04)	-0,25***	(0,04)
Retorno	-0,30***	(0,05)	-0,33***	(0,05)
Efeito Dotação				
Variáveis	Coefficiente	Desvio-Padrão	Coefficiente	Desvio-Padrão
Gênero	0,02***	(0,001)	0,02***	(0,001)
Idade	-0,02***	(0,002)	-0,03***	(0,002)
Idade ²	0,005***	(0,001)	0,006***	(0,001)
Raça	-0,002***	(0,0004)	-0,002***	(0,0004)
Fundamental	-0,003***	(0,0005)	-0,003***	(0,0005)
Médio	-0,10***	(0,002)	-0,10***	(0,002)
Superior	-0,16***	(0,003)	-0,16***	(0,003)
Formal	0,01***	(0,001)	0,01***	(0,002)
Efeito Retorno				
Variáveis	Coefficiente	Desvio-Padrão	Coefficiente	Desvio-Padrão
Gênero	-0,06***	(0,005)	-0,05**	(0,005)
Idade	-0,20***	(0,07)	-0,18***	(0,07)
Idade ²	0,001	(0,04)	-0,02	(0,04)
Raça	-0,01***	(0,003)	-0,02***	(0,003)
Fundamental	0,008***	(0,002)	0,008***	(0,002)
Médio	0,01***	(0,004)	0,01***	(0,004)
Superior	-0,01***	(0,003)	-0,016***	(0,003)
Formal	0,21***	(0,005)	0,21***	(0,005)
Constante	-0,24***	(0,04)	-0,28***	(0,04)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Demográfico de 2010.

Tabela 4 – Equação de participação

Variável dependente: participação no mercado

Variáveis independentes	Coefficiente	Desvio-padrão
Gênero	0,24***	(0,01)
Idade	0,003	(0,002)
Idade ²	-0,0001***	(0,00002)
Raça	0,06***	(0,01)
Pessoas c/ deficiência	-0,69***	(0,06)
Desquitado	-0,036	(0,04)
Divorciado	-0,030	(0,03)
Viúvo	0,02	(0,04)
Solteiro	0,05***	(0,01)
Constante	0,34***	(0,01)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Demográfico de 2010.